

PETRÓLEO

Liminar da ministra Cármen Lúcia que suspendeu distribuição de royalties do pré-sal a 23 estados e ao Distrito Federal será examinada pelo plenário até maio

Petrobrás/Divulgação



Plataforma da Petrobras na Bacia de Santos: atualmente, recursos beneficiam apenas Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo

Disputa bilionária na pauta do Supremo

» KELLY HEKALLY
» ESPECIAL PARA O CORREIO

Um processo judicial sobre royalties de petróleo que está no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2013 ganha novo capítulo este mês: a liminar da ministra Cármen Lúcia que suspende o repasse dos recursos a 23 estados e ao Distrito Federal completa 10 anos. Os estados estimam que deixaram de receber mais de R\$ 20 bilhões, apenas entre 2013 e 2017. Os **royalties** são pagos para o governo por empresas que exploram petróleo.

O processo sofreu cerca de 300 movimentações desde sua chegada à Corte. A expansão da divisão ocorreu em 2012, com a sanção da Lei Federal nº 12.734/2012, na primeira gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Com a cautelar, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em cuja orla marítima se concentra a produção do pré-sal, seguiram como os únicos que têm direito aos royalties.

A decisão, que precisa ser referendada pelo plenário do Supremo, foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4917 e está submetida à mudança de 2022 do Regimento Interno do STF. A alteração determina que uma liminar seja apreciada no prazo máximo de 90 dias úteis pelos demais ministros. Assim, a discussão coletiva sobre os royalties precisa ocorrer até maio próximo.

Acordo

O estado do Rio de Janeiro argumentou à época que a suspensão imediata da lei de 2013 era “urgente”. Em nota enviada ao **Correio**, o gabinete da ministra Cármen Lúcia informou que uma futura decisão sobre o processo está vinculada ao sucesso de um acordo entre os estados.

“A ADI 4917 foi pautada na presidência do Ministro Luiz Fux, em 2020, e retirada de pauta a pedido de diversos governadores, que queriam tentar um consenso sobre a matéria. A conciliação não prosseguiu naquele momento. Atualmente, porém, as tratativas estão novamente em andamento e novas propostas foram

Prejuízos

As 24 unidade da Federação que foram excluídas do rateio dos royalties deixaram de receber mais de R\$ 20 bilhões, apenas de 2013 a 20917, com a suspensão da lei de 2012

Acre	R\$ 823,48 milhões
Alagoas	R\$ 1,0 bilhão
Amapá	R\$ 783,37 milhões
Amazonas	R\$ 237,87 milhões
Bahia	R\$ 2,07 bilhões
Ceará	R\$ 1,62 bilhão
Distrito Federal	R\$ 155, 41 milhões
Goiás	R\$ 659,10 milhões
Maranhão	R\$ 510,20 milhões
Mato Grosso	R\$ 516, 66 milhões
Mato Grosso do Sul	R\$ 362,53 milhões
Minas Gerais	R\$ 1,02 bilhão
Pará	R\$ 1,42 bilhão
Paraíba	R\$ 1,06 bilhão
Paraná	R\$ 634,62 milhões
Pernambuco	R\$ 1,49 bilhão
Piauí	R\$ 983,48 milhões
Rio Grande do Norte	R\$ 521,49 milhões
Rio Grande do Sul	R\$ 875,85 milhões
Rondônia	R\$ 706,13 milhões
Roraima	R\$ 569,89 milhões
Santa Catarina	R\$ 299,08 milhões
Sergipe	R\$ 909,83 milhões
24.Tocantins	R\$ 924,35 milhões
Total	R\$ 20,171 bilhões

***Fonte:** Dados da ANP consolidados pelo gabinete do coordenador da banca-da do Nordeste na Câmara, deputado federal Júlio César (PSD-PI)

Compensação ambiental

Royalties de petróleo são pagos pelas empresas que exploram petróleo para o governo. Os royalties são uma forma de compensação pelos danos sociais e ambientais gerados na região pela extração do óleo. As empresas realizam o pagamento dos royalties devidos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que os repassa com base nos valores calculados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

» Governadores debatem tributos

Terminou ontem a rodada de diálogos iniciada na quinta-feira entre governadores do Sul e do Sudeste para alinhar expectativas econômicas com o governo federal. No último dia dos debates, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), participou das conversas. Os governadores debateram a reforma tributária e, segundo o chefe do executivo do Espírito Santo, Renato Casagrande, estudam a possibilidade de criação de um fundo de compensação neutra para unidades federativas, a fim de garantir que haverá equidade na distribuição de tributos por parte do governo federal.

apresentadas. A conciliação está sendo conduzida pela relatora, a ministra Cármen Lúcia, em diálogo com os órgãos envolvidos.

Se não houver acordo no centro de mediação, a matéria será levada a julgamento”. De acordo com o STF, a Advocacia-Geral da

União (AGU) está na mesa de negociação.

A lei contestada substituiu legislação, também federal, de 1985, segundo a qual é justo o repasse de royalties majoritariamente a Rio, São Paulo e Espírito Santo — os três que se mantêm no entendimento de concentrar sozinhos os lucros. A Procuradoria-Geral da República (PGR) se diz favorável, com ressalvas, ao entendimento dos três estados.

Coordenador da bancada do Nordeste na Câmara e um dos parlamentares que participaram da discussão sobre a Lei 12.734, o deputado Júlio César (PSD-PI) afirma que o principal argumento à época no Congresso para legitimar a divisão foi o de que os territórios são da União, cabendo assim à esfera decidir pela possibilidade de rateio. O projeto de lei recebeu aval do governo Dilma.

Perdas

Estimativa com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), consolidados pelo gabinete do deputado Júlio César, afirma que, entre os estados que seriam contemplados caso a legislação estivesse sendo aplicada, a Bahia tem a maior perda de arrecadação: R\$ 2 bilhões, aproximadamente. O período de análise considera o intervalo entre 2013 e 2017.

Na sequência, estaria o Ceará, com cerca de R\$ 1,6 bilhão que deixou de ser embolsado, com Pernambuco vindo logo após — R\$ 1,5 bilhão. Os três são os de maiores populações do Nordeste. Os royalties, segundo a lei de 2012, serão pagos mensalmente e incidirão sobre a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, calculados a partir da data em que começou a produção comercial. O cálculo é estabelecido por ato do Executivo.

A última movimentação relevante da ação ocorreu há aproximadamente três anos, quando o julgamento pelo plenário foi retirado de pauta por decisão do então presidente do STF, Luiz Fux. A ação chegou ao Supremo quando Joaquim Barbosa era presidente da Corte.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Retranca ou ataque

Time que joga na retranca pode até vencer, mas o futebol é feio, não empolga torcida, não lota estádio nem arruma patrocínio. Com governos e empresas é igual. Empresa acomodada vai para o brejo — o cemitério corporativo está cheio de Kodaks orgulhosas. Governo indeciso sobre que caminho tomar ou intimidado pelo status quo também se dá mal.

O desempenho da economia no ano passado, divulgado pelo IBGE, serve de alerta sobre os riscos de jogar na defensiva. A economia cresceu 2,9% em 2022, mas fechou o quarto trimestre em queda de 0,4% sobre o período trimestral anterior, indicando para este ano e os seguintes, mantida a política econômica tradicional, outra década de estagnação.

Como a economia é dinâmica e estamos inseridos no mundo globalizado da produção, estagnação significa retração, comparada tanto com o PIB mundial quanto com os nossos principais parceiros, como China e EUA.

Olhando-se o indicador do PIB para períodos maiores, que é o jeito certo de acompanhar as transformações da economia, o resultado não permite otimismo. Nos quatro anos do governo Bolsonaro, segundo análise do economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, o PIB teve crescimento médio anual de 1,5%, só acima das taxas na gestão Dilma, de pífo 0,4%, e da retração de 1,3% no breve mandato de Collor.

Os oito anos de Lula foram marcados pelo crescimento médio anual de 4,1%, contra 2,4% nos dois mandatos de FHC. Na gestão Temer, de parte de 2016 a 2018, o PIB cresceu 1,4% ao ano em média — todos abaixo dos resultados médios anuais dos governos Itamar, 5%, e Sarney, 4,4%.

Não faltam indicadores para atestar que algo muito errado nos desvia do anseio coletivo por progresso, sendo o PIB a soma das realizações dos entes privados e públicos, além de famílias.

O índice de volume trimestral do PIB calculado pelo IBGE, com o dado de 1995 igual a 100, registra que a atividade econômica no trimestre passado, com índice 178,4, repetiu a do 3º trimestre de 2013. Leia-se: passaram-se 10 anos e o PIB real nem se mexeu. Isso é chocante.

O que o mundo nos ensina

O quadro fica mais dramático nos comparativos internacionais. Nosso PIB, em dólar corrente, era o 7º maior em 2010. Em 2022, fomos o 10º, seguidos de Rússia, Coreia do Sul, México e Indonésia.

Em mais um par de anos Indonésia, último grande mercado de consumo de massa inexplorado, restando nesta categoria apenas Brasil, deverá nos passar, graças a uma política agressiva de indústria com pegada tecnológica e duas tentativas malsucedidas de industrialização. Para um país gigante e populoso, como o nosso, erros de industrialização não devem implicar desistência.

Na métrica da paridade de poder de compra, que elimina distorções do câmbio, tínhamos em 1980 o 6º maior PIB do mundo num ranking em que EUA eram o número 1 — e abaixo de nós vinham Inglaterra, México, Índia e China. Quarenta e dois anos depois, China passou EUA, Índia vem em terceiro, Indonésia já tem o sétimo maior PIB e caímos para a nona posição. China avançou quase 100 vezes no período, EUA, nove, e Brasil, 6,5. Opal, dirá o otimista: “Estamos na cola dos EUA”. Não.

Os EUA sempre praticaram política industrial maneando o maior orçamento militar do mundo, maior que dos sete países seguintes neste ranking. Hoje, a estratégia desenvolvimentista sobre a qual não se deve chamar pelo nome, segundo ironia de estudo antigo do FMI, impulsiona a reindustrialização nutrida por investimento público e subsídio fiscal — pouco mais de US\$ 2 trilhões em 10 anos, US\$ 200 bilhões ao ano. E o que aconteceu? Já está dando frutos.

Ao assumir em 2021, o presidente Joe Biden se deparou com o mesmo mau-humor dos economistas neoliberais que fazem a cabeça do Partido Democrata desde o governo Clinton, gente como Larry Summers. Ele foi contra a volta de políticas ativas e continua cético, ora falando do risco de inflação, ora preocupado com o tamanho da dívida dos EUA.

Desse ouvidos, Biden não teria ampliada a pequena maioria no Senado e a perda da Câmara teria sido acachapante nas eleições de novembro. A maioria foi perdida por exatos 6.675 votos, frustrando as pesquisas e a certeza de Trump de que a vitória republicana seria esmagadora.

A retomada da economia dos EUA explica a força do octogenário Biden. A taxa de desemprego, de 3,4%, é a menor em mais de meio século, com a população ocupada chegando a 80,2% do total em idade de trabalhar. E nem por isso os salários correm à frente da inflação. É notável também o investimento em fábricas: saltou de US\$ 70 bilhões no fim de 2020 para US\$ 105 bilhões em 2022, segundo o BEA. O gasto em equipamentos industriais foi de US\$ 250 bilhões para US\$ 320 bilhões.

Pode estar se viabilizando a teoria da secretária do Tesouro, Janeth Yellen, sobre benefícios de deixar a economia esquentar num período inflacionário. Ela expôs a hipótese quando estava à frente do Fed em 2016, ao arguir se seria possível “reverter efeitos adversos do lado da oferta executando temporariamente uma ‘economia de alta pressão’, com demanda agregada robusta e mercado de trabalho apertado”.

Com governo sem maioria parlamentar, aliados do centrão nem um pouco confiáveis e acossado por uma oposição aguerrida, o presidente Lula parece ansioso por alternativas para além da narrativa que põe seu ministro da Fazenda como dublê de Palocci amigo dos fiscalistas e do mercado financeiro e ele mesmo como um Paulo Guedes de esquerda.

Só que o enredo de 2003 previa a economia em ascensão. O legado de Bolsonaro é de terra arrasada. Lula recebeu um país em que o emprego precário é a regra, miséria está exposta nas grandes cidades, renda domiciliar per capita é muito baixa, de R\$ 1.625 por mês em 2022, com mais de 70 milhões de inadimplentes, nos dados da Serasa, dívidas de empresas de R\$ 260 bilhões, e contando, e bancos trancados.

Uma multinacional centenária no Brasil precisou de fiança bancária de R\$ 400 milhões, dinheiro de troco para ela, e só a conseguiu com um consórcio de bancos. Bastava um banco em tempos normais.

Este é um país para o presidente e o Congresso acharem os meios para investir, por ano, mais de R\$ 370 bilhões em transportes, energia, telecomunicações e saneamento, 4,31% do PIB, mas pelo último dado, de 2021, investiu apenas R\$ 148 bilhões, 1,71%, segundo o mapa da Abdib.

A indústria de transformação, que já foi a maior no mundo emergente, é a 34ª no ranking de exportações. No PIB, a sua participação caiu de 17,4%, em 2005, para 12,9% em 2022. Com fatia de meros 7,9% no PIB, a agropecuária é um sucesso para gerar dólares, não para arrecadação tributária nem criação de empregos fartos. Só a indústria, mesmo não sendo hoje grande empregadora, é capaz de dinamizar os serviços, cuja fatia de 68,2% no PIB depende da dinâmica industrial e de obras.

Por onde começar a resolver? Não é mais solução esperar pela “fada da confiança” do mercado. Lula vai jogar na retranca ou no ataque?